




Apresentação do dossiê Guerras Culturais: Informação, Política e Disputas Simbólicas

*Foreword to the Dossier Cultural Wars: Information,
Politics and Symbolic Battles*

Marco Antônio de Almeida ^{a,*} 

Giulia Crippa ^b 

Este número da *Liinc em Revista* contempla reflexões acerca das chamadas “guerras culturais” – processos de disputas em torno da construção de ideologias e visões de mundo em nossas sociedades, abrangendo aspectos da cultura “tradicional” (impressa, oral e performativa) e da cultura digital, bem como as complexas interrelações e hibridizações entre ambas. Trata-se de tema de interesse não apenas acadêmico, como também político e social – os recentes fatos históricos que testemunhamos em nosso país dão a medida da importância desses processos na determinação da vida social e suas consequências para os cidadãos. Este dossiê aborda, assim, as “guerras culturais” de um ponto de vista informacional e comunicacional, analisando as muitas representações e imaginários que circulam, são transformados, partilhados e, por vezes, desconstruídos.

A dominação de determinados setores, grupos ou classes sociais não se sustenta, exclusivamente, pelos poderes econômico, político, e, no limite, físico. Essa dominação também se apoia, recordando Raymond Williams (2015), na “cultura do vivido” - aquele conjunto de hábitos, experiências, modos de ver, incessantemente produzido no decorrer de todas as etapas da vida das pessoas, da infância à velhice. O que as pessoas pensam e sentem é, em grande parte, reprodução de uma ordem social profundamente introjetada – que, muitas vezes, nem é percebida plenamente, mesmo quando buscam construir uma oposição à ordem vigente. A construção dessa compreensão “legítima” do mundo é um processo que envolve pressões, disputas, tomadas de posição – um conjunto de lutas culturais, que se desenrolaram e ainda o fazem, em arenas diversas: das escolas aos meios de comunicação, dos púlpitos religiosos às assembleias sindicais, dos fóruns políticos às organizações da sociedade civil.

A questão que norteia os artigos é a das representações, pelos processos comunicativos, das guerras culturais e a forma como são construídas e circulam, no cruzamento dos discursos de diferentes atores sociais, de diferentes temporalidades e

^a Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

^b Departamento de Bens Culturais, Universidade de Bolonha, Bolonha, Itália.

* Correspondência para/Correspondence to: Marco Antônio de Almeida. E-mail: marcoaa@ffclrp.usp.br.

de diferentes lugares: as indústrias culturais, as instituições políticas e culturais, os grupos comunitários e a sociedade civil.

Objetivo dessa proposta se torna, assim, o de apreender os vários discursos, sejam eles hegemônicos ou minoritários, que circulam pelas produções midiáticas *mainstream*, mas também por aquelas produções discursivas colocadas “à margem” que, pelas mudanças provocadas pelas tecnologias digitais, permitem o registro de

subjetividades subalternas que, até recentemente, encontravam-se silenciadas.

As mudanças tecnosociais aceleradas que testemunhamos nas últimas décadas propiciaram novas formas de organização política que transcendem a filiação mais orgânica a uma classe social, modificando a própria agenda política de lutas e recolocando o “cultural” novamente em questão, na perspectiva de disputas pela hegemonia. Para Alberto Melucci, “nos sistemas complexos a capacidade de intervenção sobre a ordem simbólica não só se generaliza em toda a sociedade, mas se move também em direção ao indivíduo”. (Melucci, 2001, p.71). O mundo contemporâneo coloca à disposição dos indivíduos e grupos uma gama inédita de recursos simbólicos que estendem seu potencial de individuação e de criação de representações. Para garantir a própria integração, a sociedade busca estender seu controle sobre os níveis simbólicos das ações – as esferas que constituem o sentido e a motivação do agir.

A quebra dos consensos – uma característica da democracia liberal – é o pano de fundo das “guerras culturais” em curso, e trata-se de uma consequência do aprofundamento das desigualdades no capitalismo contemporâneo. As guerras culturais têm caráter dinâmico e se retroalimentam de forças e determinações políticas, econômicas, culturais e institucionais, de diferentes ordens. Neste sentido, as guerras culturais não são uma prerrogativa exclusiva da extrema direita, mas uma dinâmica política na qual se engajam tanto forças ditas “conservadoras” como também “progressistas”. No Brasil, o golpe de 2016 acentuou tendências repressivas que nunca deixaram de estar presentes no nosso Estado, mas que, em governos democráticos, eram enfrentadas por contratendências, que possuíam então um espaço maior de expressão, paulatinamente diminuído com a repressão às manifestações populares em conjunto com a vigilância sobre movimentos sociais (Miguel, 2018).

Mais recentemente, as facilidades proporcionadas pelas tecnologias digitais e pelas redes sociotécnicas incentivaram a produção e a circulação de conteúdos diversificados, que apesar de todos os filtros tecnológicos e ideológicos, configuram a internet e as redes sociais como a arena e o objeto de disputa mais visível da guerra cultural contemporânea.

A perspectiva cultural aberta por Williams permite-nos pensar os processos culturais em termos de circulação de representações e de cruzamentos que existem e se criam, a dois níveis: é a circulação de pessoas e de discursos ligados às experiências, que têm lugar e são as representações e os imaginários que circulam e hibridizam-se, tal como

as identidades, que só podem ser hibridizadas nas experiências de trocas entre práticas que se enraizam em capitais simbólicos diversos.

As instituições culturais são locais privilegiados de reflexão e discussão dos embates culturais, nomeadamente aquelas que são responsáveis pela partilha coletiva deste tema mas, para Canclini (2023), vivemos um momento de mudança, no qual as antigas instituições se foram e as novas ainda não estão consolidadas. A intensificação do virtual, que já estava em curso, foi potencializada com a pandemia, e trouxe à discussão o entendimento do que é, afinal, uma instituição cultural. Para o autor, trata-se do deslocamento de instituições que poderiam acolher, mas também afastar, como os gabinetes oficiais, as livrarias e os museus, para as redes digitais, que institucionalizam

outros tipos de relação que envolvem sedução e distanciamento com usuários e públicos, novas formas de construir e circular informações e narrativas. As características de virtualidade, digitalização e “desmaterialização” geram novas dinâmicas, e estas instituições passam a competir, no âmbito do capitalismo de plataforma, com corporações como Netflix, Youtube, Facebook e Instagram. Entretanto, salienta Canclini, ainda que sem desconsiderar os impactos das plataformas digitais no conceito de instituição cultural, é importante destacar a existência de outros atores nesse jogo, para além de governos e grandes corporações, como os movimentos socioculturais e comunitários, e as possibilidades alternativas e de resistência que eles nos permitem vislumbrar.

Em alguma medida, estas considerações ajudam a compreender melhor o contexto das guerras culturais. Ajuda a explicar, em parte, a pressão sobre vozes dissidentes, na forma combinada de censura e de intimidação. Na marcha hesitante de ganhos e retrocessos que caracteriza nossa história recente, emergem formas de criminalização da esquerda política e do pensamento progressista em geral, que visam excluir do espaço público discursos anticapitalistas. Esta marcha apoia-se fortemente no pânico moral que vê ameaçados valores basilares de nossa civilização “cristã e ocidental”, sobretudo pelos avanços na condição feminina, pelas pautas defendidas pelos movimentos sociais e identitários, pela maior visibilidade da comunidade LGBTQIA+ e pela proposição de novos arranjos familiares. Os brados de censura, que se direcionavam inicialmente aos meios de comunicação e às salas de aula, chegam às artes, em episódios que levaram ao fechamento de exposições, à intimidação de artistas e ao sequestro de obras de arte.

A constituição histórica desses processos, bem como seus desdobramentos mais recentes – subsumidos em conceitos como os de ideologia, imaginário, representação social, entre outros – demandou constante interesse das Ciências Sociais, da História, da Filosofia, da Linguística. Refletir, a partir do de um olhar interdisciplinar e das recentes abordagens no campo informacional, foi a motivação para a proposição do dossiê. Diversos autores e autoras encaminharam seus trabalhos para a *Liinc em Revista*, constituindo um variado e significativo conjunto de artigos que agora o leitor tem em mãos, onde as práticas culturais estão omnipresentes na comunicação, nos discursos e na interação, nas representações sociais e nas interações analisadas nesse

dossiê pelos pesquisadores, fortemente marcadas pela interculturalidade, que implica refletir os encontros entre sujeitos e coletivos de universos culturais diferentes.

As representações e o imaginário caracterizam o mundo social e o seu discurso e todos os atores sociais, quer sejam indivíduos ou grupos, como as instituições culturais, políticas, mediáticas ou oriundas das formas coletivas da sociedade civil constroem representações e fazem-nas circular. O conceito de "representação" é complexo, englobando tanto as representações explícitas, que se tornam visíveis e são colocadas no espaço público, como outras representações mais implícitas, de difícil acesso. As representações explícitas captam simultaneamente as representações do Eu, do Outro e as representações sociais mais visíveis e de maior circulação. Vivemos num mundo

social partilhado com outros indivíduos, com os quais interagimos, e por isso criamos representações. Stuart Hall explica que a representação "é a parte essencial do processo pelo qual o significado é produzido e trocado entre os membros de uma cultura. Envolve o uso de linguagem, sinais e imagens que significam ou representam algo". (HALL, 1997, p.15). As representações são construídas "sobre" e constroem elas próprias mundos imaginários. Existe uma ligação constante entre os dois conceitos e, ao longo da leitura desse número da revista, o imaginário, considerado como

o conjunto das imagens e relações de imagens produzidas pelo homem a partir, de um lado, de formas tanto quanto possível universais e invariantes - e que derivam de sua inserção física, comportamental, no mundo - e, de outro, de formas geradas em contextos particulares, historicamente determináveis. (COELHO, 1997, p. 112)

Com efeito, para além dos discursos mais difundidos, as práticas culturais estabelecem, no seu quotidiano, modos de fazer, "combinações de operações que constituem também (não exclusivamente) uma 'cultura'. [...] O quotidiano inventa-se com mil modos de 'caça furtiva'" (DE CERTEAU, 1994, p. 36). No seu quotidiano, as pessoas "caçam", ou seja, reagem, criam e fazem circular "seres culturais". O esforço de Michel de Certeau para comparar as "maneiras de fazer" dos indivíduos com os dispositivos sociais de grande escala é a fonte essencial da alteração dos discursos e das práticas da comunicação comum. Existe um conflito criativo nas práticas culturais, entre o que pode ser considerado como discurso hegemónico e o que as pessoas fazem com eles na sua vida quotidiana: o discurso difundido pelos meios de comunicação social ditos "tradicionais" ou pelas instituições culturais e a forma como as pessoas o utilizam são um exemplo da apropriação e da criação quotidiana que as pessoas podem fazer das representações. O interessante é ver o que as pessoas fazem com essas representações. Este processo é caracterizado pela "trapaça", pela "caça furtiva", pela clandestinidade, por uma "arte de usar aqueles [produtos] que lhe são impostos" (DE CERTEAU, 1994, p. 38), através de uma produção racionalizada, expansionista e centralizada. Assim, em relação aos discursos construídos e que circulam nos espaços sociais, os indivíduos vão armar artimanhas, muitas vezes reapropriando-se de discursos "hegemônicos". Aqui, o termo "hegemonia" é utilizado para se referir aos conflitos e às relações de poder, tal como são entendidos nos estudos culturais. Deste modo, o grupo hegemónico tem de se confrontar

constantemente com outros grupos sociais. Isto está de acordo com o pensamento de Gramsci, para quem a hegemonia "se faz e se desfaz, é permanentemente refeita no decurso de um 'processo vivido' que contém não só a força, mas também o sentido, a apropriação do sentido e não o poder, a sedução e a cumplicidade" (Martín-Barbero, 2002, p.84-85). São estas relações de poder, estas "maneiras de fazer", "as mil práticas pelas quais os utilizadores se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sociocultural que podemos identificar nas pesquisas deste dossiê. Com efeito, embora certos discursos sejam bastante dominantes e visíveis, são todas as ações quotidianas e as práticas culturais desenvolvidas pelos sujeitos que permitem uma visão mais complexa das guerras culturais.

O primeiro bloco de artigos relaciona-se com disputas de legitimidade simbólica em torno de representações sociais. Os três primeiros textos que abrem este bloco abordam questões relacionadas à circulação de *fake news* e o papel que grupos diversos, que vão de lideranças religiosas ao conhecido "Gabinete do Ódio", desempenham nesses processos. São os artigos "Entre a disputa política e religiosa: como deputados evangélicos e portais gospels debateram o PL 2630", "Autoridades cognitivas versus autoridades eclesásticas e espirituais: as comunidades evangélicas brasileiras e a desinformação" e "O contágio de fake news: uma abordagem biopolítica da desinformação durante a pandemia da covid-19". Na sequência os artigos "Em busca da terra sem males: comunicação indígena & política de algoritmos no youtube", "Gestão participativa, protagonismo popular e disposição para o consenso no setor musical e no movimento social da cultura no país a partir dos anos 2000" e "O agenciamento de símbolos nacionais na construção das narrativas comunicacionais e políticas no Brasil na campanha eleitoral de 2022" debatem possibilidades e obstáculos trazidos pelas TIC e pelo atual regime de informação para a constituição de novas formas de ação política e representatividade de grupos subalternos. Fechando este bloco, emergem questões relacionadas à construção histórica de memórias em uma abordagem crítica a partir dos textos "A monumental violência do presente: reflexões críticas acerca da iconoclastia política do século XXI" e "Histórias restritas: o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão e a atribuição de valor no Inventário do Patrimônio de São Leopoldo (RS)"

O segundo bloco, "Mídia e Imprensa em Questão", possuem forte ligação com o primeiro, mas o foco que caracteriza os artigos é a discussão acerca da mídia – desde o aspecto de sua regulação, até questões relacionadas a sua suposta neutralidade, envolvendo a maneira como grupos e questões são apresentadas/representadas. São discussões muitas vezes construídas a partir de casos significativos, como nos artigos "Subvertendo espaços': mediação da informação, coletivos periféricos e a narrativa contra a mídia hegemônica"; "Agentes, espaços e poderes em disputa: a narração de conflitos pelo direito de informar"; "Documentário e Conspiração: o caso The Epoch Times Brasil" e "A retomada da pauta indígena pela Empresa Brasil de Comunicação: contribuições de Paulo Freire e Muniz Sodré ao enfrentamento das guerras culturais". Por sua vez, os artigos "Guerras culturais, hacking e as vulnerabilidades do jornalismo à desinformação" e "Guerras Culturais: Polarização, Mitos e Tipologia no Jornalismo"

discutem questões mais estruturais à própria análise do jornalismo, refletindo sobre características e tipologias desta atividade no atual cenário.

O terceiro bloco contempla artigos que refletem acerca de um conjunto de expressões culturais e artísticas – de obras de ficção literária a filmes de entretenimento, histórias em quadrinhos e charges – em diálogo com o atual contexto. Fazem parte desta vertente os artigos “Ficção de Pessoa Política Real: formas de consumo simbólico da política em romances imaginados entre Lula e Bolsonaro”, “Primeiras representações da identidade de gênero e da diversidade nas histórias em quadrinhos de super-heróis estadunidenses”, “Deram uma genitália para a Barbie, e agora?” e “Hegemonia e distinção em manifestações de humoristas brasileiros sobre liberdade de expressão”. Este bloco também contempla a análise de processos de mediação que envolvem estas produções, com as reflexões propostas pelos artigos “Hora do conto *drag* e guerras culturais” e “(Anti)racismo nas redes: uma análise de interações a partir de postagens com conteúdo afrofuturista”.

O bloco seguinte, “Mediação e Espaços de Educação Formal e Não-Formal” envolve discussões cujo foco principal são os processos de educação, que ocorrem tanto em espaços formais, como instituições de ensino e bibliotecas, como no âmbito da mídia, em particular nos canais educativos. Cinco artigos perfazem este bloco: “La educación lectora en el campo y su vinculación con las Economías Comunitarias, Familiares y Campesinas (ECFC): un encuentro a favor de la dignidad de los pueblos”; “Biblioteca pública: el espacio público en disputa: entre el templo del saber y el centro local de encuentro”; “Vivências de estudantes quilombolas dos cursos de Biblioteconomia: a análise das atividades mediadoras da informação e da leitura”; “Colonialismo digital e processos de disputas: as mídias como ‘sistemas educativos’ da população”. Finalizando o bloco, uma análise histórica do posicionamento das bibliotecas públicas durante os anos de exceção: “Biblioteca pública e ditadura militar no Brasil: Desvendando discursos autoritários (1964/1970)”.

O quinto bloco trata de tema particularmente candente, objeto de pesquisa, mas também de acalorados debates políticos: “Privacidade e Mineração de Dados”. No âmbito de um capitalismo de plataforma, as discussões propostas pelos artigos que se seguem são de particular relevância para a compreensão das acirradas disputas que se travam no contexto brasileiro: “O tratamento de dados pessoais pelo poder público: um estudo bibliométrico”; “A privacidade e os dados pessoais na Ciência da Informação: uma análise de domínio”; e, encerrando o bloco, “Repressão política nas universidades: a busca das fontes de informação pela Comissão Nacional da Verdade”.

Encerrando o dossiê, o último bloco, “Discussões Teórico-Epistemológicas no Contexto das Guerras Culturais” possibilita visualizar aspectos de parte dos debates acadêmicos no âmbito da Ciência da Informação e áreas afins motivados pelas questões abordadas anteriormente. Textos como “O debate terminológico-conceitual em torno do uso dos termos *competência em informação*, *competência informacional* e *letramento informacional* na primeira década dos anos 2000 no Brasil” e “Dispositivos

para uma guerra cultural: tesouros como instrumentos de dominação sobre a informação e o conhecimento” dialogam diretamente com conceitos e instrumentos caros à área. Os artigos seguintes, “O simbolismo nos discursos: regras e práticas que produzem estereótipos no meio social” e “Cognitivismo neoliberal e o trabalho de usuário no *Design de UX*” discutem como aspectos ideológicos se fazem presentes em discussões científicas e em práticas sociais relacionadas ao universo da informação. Finalizando o bloco e o dossiê, o artigo “Periódicos científicos do sul epistemológico: desafios decoloniais e desobediências epistêmicas” pondera acerca da divisão social do trabalho acadêmico numa perspectiva global.

REFERÊNCIAS

- CANCLINI, Néstor García. Introdução – Instituições, Comunidades e Criadores: da Precariedade à Emergência. In: CANCLINI, Néstor García; BRIZUELA, Juan Ignacio; MELO, Sharine Machado; MATADAMAS Mariana Martínez *Emergências Culturais: Instituições, Criadores e Comunidades no Brasil e no México*. São Paulo: Edusp, 2023, p. 16-55.
- COELHO, Teixeira, 1997. *Dicionário crítico de política cultural: Cultura e imaginário*. São Paulo: Iluminuras.
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- HALL, Stuart, 1997. *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*. New York: SAGE Publications.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- MELUCCI, Alberto, 2001. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis-RJ: Vozes.
- MIGUEL, Luis Felipe, jan./jun. 2018. O pensamento e a imaginação no banco dos réus: ameaças à liberdade de expressão em contexto de golpe e guerras culturais. *Políticas Culturais em Revista*. Salvador, v. 11, n. 1, p. 37-59.
- WILLIAMS, R., 2015. A Cultura é algo comum. In: *Recursos da Esperança: cultura, democracia, socialismo*. São Paulo: Ed. Unesp. p. 3-28.